

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

SANSONE, Ruan Carlos¹
COSTA, Angélica da²
ZUCCHETTI, Dinora Tereza³
LOPES, Maura Corcini⁴

RESUMO

Este artigo problematiza a inclusão no Ensino Superior, destacando as relações entre estudantes com diferentes marcadores de vulnerabilidade, especialmente, aqueles com deficiência e necessidades educacionais específicas. O objetivo é discutir a importância da formação docente continuada para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, identificando desafios e estratégias para garantir o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. A metodologia adotada foi a revisão narrativa de literatura, permitindo uma análise crítica sobre a Educação Inclusiva no Ensino Superior. Os resultados indicam que a formação docente continuada é essencial para a inclusão, mas enfrenta desafios como a

1 Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Pedagogo, Psicopedagogo Orientador Educacional, Bolsista PROSUC/CAPES. Pedagogo do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: sansoneruancarlos@gmail.com

2 Especialista em Educação Inclusiva e Especial. Gestão da Diversidade nas Organizações, Terapia de Casal e Família, e Intervenções em Situações de Luto. Graduada em Serviço Social. Assistente Social do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: angelcosta@unisinos.br

3 Doutora em Educação. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. Contato: dinora@feevale.br

4 Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Diretora da Diretoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Coordenadora da Comissão de Inclusão e Diversidade Unisinos. E-mail: maura@unisinos.br

lacuna entre teoria e prática, barreiras atitudinais e necessidade de adaptações curriculares. A ausência de diretrizes específicas na Lei 13.146 para a formação continuada dos professores e o suporte insuficiente das instituições impactam diretamente a implementação de práticas inclusivas. Além disso, a interseccionalidade das vulnerabilidades reforça a necessidade de políticas institucionais mais eficazes. Os dados do Censo da Educação Superior de 2023 evidenciam o aumento das matrículas de estudantes com deficiência, mas a taxa de conclusão dos cursos ainda é baixa, indicando a necessidade de medidas estruturais. Conclui-se que a inclusão no ensino superior exige o compromisso de docentes, instituições e políticas públicas, garantindo formação pedagógica adequada, acessibilidade e espaços de diálogo sobre diversidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Formação de Professores; Ensino Superior.

ABSTRACT

This article problematizes inclusion in Higher Education, highlighting the relationships between students with different markers of vulnerability, especially those with disabilities and specific educational needs. The objective is to discuss the importance of continuing teacher training for promoting inclusive pedagogical practices, identifying challenges and strategies to guarantee students' access, retention and academic success. The methodology adopted was narrative review, allowing a critical analysis of Inclusive Education in Higher Education. The results indicate that continuing teacher training is essential for inclusion, but faces challenges such as the gap between theory and practice, attitudinal barriers and the need for curricular adaptations. The absence of specific guidelines in Law 13,146 for the continued training of teachers and the insufficient support from institutions directly impact the implementation of inclusive practices. Furthermore, the intersectionality of vulnerabilities reinforces the need for more effective institutional policies. Data from the 2023 Higher Education Census show an increase in enrollment of students with disabilities, but the course completion rate is still low, indicating the need for structural measures. It is concluded that inclusion in higher education requires the commitment of teachers, institutions and public policies, ensuring adequate pedagogical training, accessibility and spaces for dialogue about diversity.

Keywords: Inclusive Education, Teacher Training; Higher Education.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, problematizamos as relações entre estudantes⁵ com diferentes marcadores de vulnerabilidade, com especial ênfase nas pessoas com deficiência e outras necessidades educacionais, discutindo seu acesso e participação no Ensino Superior. Em um contexto educacional cada vez mais plural, que reflete a complexidade das diversidades sociais e culturais, a questão da inclusão se torna central e urgente. O objetivo principal deste estudo é problematizar a importância da formação docente continuada para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Superior, com foco na inclusão de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas⁶. Buscamos, assim, identificar os desafios enfrentados pelos professores e professoras das Instituições de Ensino Superior (IES), além de explorar as estratégias que podem ser adotadas para garantir o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico de todos os estudantes, valorizando a diversidade e combatendo a discriminação no ambiente universitário.

A partir dessa perspectiva, destacamos a necessidade urgente de uma mudança nas práticas pedagógicas dos docentes, adotando uma postura pautada na didática sensível (D'Ávila, 2022), adaptada às diferentes especificidades dos estudantes. O papel do professor, nesse cenário, vai além da mera transmissão de conteúdos, requerendo uma atuação como mediador inclusivo do conhecimento. Esse mediador precisa ser capaz de articular metodologias que favoreçam o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes em toda a sua diversidade, garantindo que cada um tenha as mesmas oportunidades de aprender e se destacar. Assim, a formação continuada da prática docente

5 Nesta pesquisa, adotamos os estudos de gênero como uma ferramenta teórica, reconhecendo as implicações políticas e teóricas que essa abordagem envolve, além da importância do uso da grafia o(s)/a(s) e de outras formas mais recentes. Embora compartilhem dessa posição teórica, optamos por utilizar o termo “pessoas” para garantir maior fluidez ao texto, tanto na escrita quanto na leitura. Ciente de que as palavras não são neutras, escolhemos adotar a alternância de gênero (ora no masculino, ora no feminino) ao nos referirmos a professores e professoras, e utiliza a expressão “estudante” em vez de “aluno”, buscando, assim, uma maior representatividade e inclusão.

6 Essa problemática está sendo abordada na pesquisa de mestrado intitulada *Educação Inclusiva: Experiências Inclusivas de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas em Universidades Comunitárias*. A investigação está sendo desenvolvida pelo Professor Bolsista PROSUC/CAPEs Ruan Carlos Sansone, sob a orientação da Prof.^a Dra. Dinora Tereza Zucchetti (Feevale), e coorientação da Prof.^a Dra. Viviane Inês Weschenfelder (Unisinos), no âmbito do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale.

emerge como um fator essencial para a criação de um ambiente universitário mais inclusivo, no qual todos os estudantes, independentemente de suas condições e experiências, possam alcançar seu pleno potencial acadêmico e social.

A diversidade, no ambiente universitário, vem se mostrando que não se limita apenas às pessoas com deficiência, mas abrange todos aqueles que, de alguma forma, se sentem diferentes, enfrentam discriminação ou necessitam de apoio educacional especializado. Neste contexto, a compreensão da diversidade cultural, tanto dentro quanto fora das instituições de ensino superior, torna-se fundamentais para uma abordagem pedagógica inclusiva. Como aponta Schmidt (2020), a diversidade cultural está relacionada ao campo disciplinar da antropologia, cuja investigação da cultura, desde sua fundação, busca compreender tanto os aspectos universais e invariantes da cultura quanto sua complexidade e multiplicidade. Isso implica uma visão da cultura em sua dimensão plural, que valoriza a variedade dos modos de vida e a vasta diversidade cultural que caracteriza a humanidade. A universidade, portanto, deve ser um espaço onde essa pluralidade é reconhecida e respeitada e valorizada, e onde as práticas pedagógicas possam ser ajustadas para acolher a riqueza das diferentes formas de ser de ver e estar no mundo.

Nesse cenário, a atuação da prática docente assume um papel transformador, sendo necessário que as professoras e todos que compõem o ensino superior se vejam como agentes de mudança, capazes de promover a inclusão não apenas em termos de acesso pautado no acolhimento, mas também de adaptações pedagógicas (Gatti 2017), dos processos de ensino e aprendizagem na busca em atender a uma diversidade cada vez mais presente nas salas de aula. A promoção de uma educação inclusiva demanda uma revisão crítica dos métodos tradicionais de ensino, para que sejam incorporadas práticas que favoreçam o engajamento de todos os estudantes, respeitando suas especificidades e garantindo a igualdade de oportunidades no ambiente universitário.

É fundamental que os docentes mobilizem saberes pedagógicos que contemplem práticas de engajamento docente, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas especificidades físicas, cognitivas ou socioeconômicas, tenham oportunidades equitativas de aprender e se expressar no ambiente acadêmico. Para isso, é necessário adotar estratégias didáticas flexíveis, ajustáveis às necessidades e realidades dos alunos, reconhecendo que a sala de aula não é mais um espaço homogêneo, mas um reflexo das múltiplas identidades e experiências de seus participantes.

A formação docente, enquanto processo contínuo e dinâmico de formação, se configura como um elemento fundamental para o avanço da educação, especialmente no contexto do ensino superior e, em particular, no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas. Esta formação vai além de eventos pontuais, como palestras, oficinas ou reuniões pedagógicas, e se traduz em um compromisso constante do professor com a adaptação de suas práticas pedagógicas, que devem ser cada vez mais flexíveis e sensíveis às diversidades do corpo discente.

De tal modo, a prática docente torna-se essencial para a criação de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor. Atuando como mediador e facilitador, tem a responsabilidade de reconhecer e atender às diversas necessidades de seus estudantes, ajustando suas metodologias e estratégias de ensino de maneira a garantir que todos, possam acessar o conhecimento com qualidade e participar ativamente da aprendizagem.

Como destacam Silva e Arruda (2014), é crucial que o planejamento pedagógico seja flexível e adaptável, permitindo que o professor organize suas atividades de modo que favoreçam a interação e o desenvolvimento de cada estudante. Para que a inclusão efetivamente aconteça, é necessário que o professor se comprometa com uma abordagem pedagógica inclusiva, que ultrapasse o simples cumprimento de normas e vá ao encontro das demandas dos estudantes com necessidades específicas. Esse engajamento exige uma postura de constante reflexão sobre suas práticas e uma disposição para buscar soluções criativas e adequadas aos desafios impostos pela diversidade.

Como aponta Oliveira (2013), os docentes, de fato, assumem um papel essencial na inclusão no ambiente universitário, sendo sua formação contínua a chave para que uma mediação inclusiva se concretize de forma eficaz. Contudo, a falta de preparo e a persistência em práticas tradicionais podem ser obstáculos significativos para a plena inclusão de estudantes com deficiência, tanto nos aspectos educacionais quanto sociais. Comprometendo o sucesso de iniciativas inclusivas, nas quais as dinâmicas de inclusão e exclusão (Veiga-Neto; Lopes, 2011) se manifestam, impactando estudantes de grupos sociais historicamente marginalizados e vulnerabilizados no ambiente universitário.

Assim, a formação contínua do docente deve ser entendida não apenas como uma exigência institucional, mas como uma necessidade urgente diante da transformação do perfil dos estudantes universitários. O modelo tradicional

de sala de aula homogênea já não reflete a realidade atual, onde a diversidade de experiências, habilidades e necessidades é cada vez mais presente.

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015) representa um marco regulatório fundamental para garantir os direitos dessa população no Brasil, desempenhando um papel crucial no fortalecimento da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. A implementação de políticas públicas voltadas para essa inclusão tem sido um fator determinante para a promoção de uma educação mais acessível e acolhedora.

Conforme dados do Censo da Educação Superior de 2023, o Brasil registrou 92.756 matrículas em cursos de graduação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, evidenciando o impacto positivo das políticas públicas no aumento do acesso ao ensino superior, conforme informações do INEP (2023). Esse avanço reflete um esforço coletivo, que visa tornar o ensino superior mais inclusivo e proporcionar a todos, independentemente de suas particularidades, a chance de se desenvolver e contribuir de maneira significativa para a sociedade.

A inclusão no ensino superior vai além da garantia de acesso aos estudantes com deficiência, abrangendo também aqueles com outras necessidades específicas. É imprescindível que, para promover uma educação verdadeiramente inclusiva, não apenas as políticas internas das Instituições de Ensino Superior (IES) e seus núcleos de acessibilidade, bem como os setores de atenção ao discente, estejam comprometidos com práticas inclusivas. É necessário, também, que os professores e professoras se comprometam com uma reflexão crítica sobre o ambiente universitário e questionem a naturalização de violências que, muitas vezes, são invisibilizadas nesse espaço. Em um contexto em que muitos estudantes chegam ao ensino superior carregando lacunas significativas de aprendizagem e experiências traumáticas de violência, é urgente que os docentes reconheçam essas experiências e as implicações que elas trazem para o processo de aprendizagem. Segundo Dal'Igna e Sansone (2023), questionar a naturalização dessas violências é um passo fundamental para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e justo. Essas práticas violentas são parte das trajetórias de muitos estudantes e afetam profundamente sua experiência no ensino superior, comprometendo sua permanência e desenvolvimento acadêmico

Essa abordagem visa garantir que todos os estudantes, com suas diversas características, sejam acolhidos e valorizados, respeitando e potencializando suas diferenças. As universidades desempenham um papel central na promoção da diversidade e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, desafiando as práticas docentes a estarem continuamente atentas às singularidades de cada estudante. O compromisso com a inclusão exige um olhar sensível às diversidades, para que a educação superior seja, de fato, um espaço onde todos possam se desenvolver de forma plena e igualitária.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa é classificada como uma pesquisa básica de abordagem qualitativa, uma vez que se propõe a compreender e interpretar, de maneira profunda, os fenômenos relacionados à inclusão no contexto universitário, sem a intenção de aplicar ou testar teorias de forma experimental. Nesta seção, descreve-se o método adotado para a realização da revisão narrativa que sustenta a análise da problemática da Educação Inclusiva no Ensino Superior, com ênfase na importância da formação docente continuada para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Conforme proposto por Minayo (2001), a revisão narrativa, pela sua flexibilidade e abrangência, possibilita uma análise aprofundada e crítica do estado da arte sobre a Educação Inclusiva no Ensino Superior, com um foco particular na importância da formação docente continuada para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas. O objetivo central foi examinar a importância da formação docente continuada para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Superior, com foco na inclusão de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.

A revisão narrativa de literatura permitiu uma análise detalhada das inter-relações entre os conceitos e dinâmicas de in/exclusão (Veiga-Neto; Lopes, 2011), e as práticas pedagógicas adotadas no Ensino Superior, levando em conta tanto a influência dos conceitos normativos quanto as influências teóricas que orientam essas práticas. A revisão narrativa de literatura, conforme Rother (2007), é um método que permite a análise e discussão abrangente e crítica de um determinado tema a partir de uma perspectiva teórica ou contextual. Segundo a autora, os artigos que adotam esse tipo de revisão recorrem a fontes bibliográficas ou eletrônicas para acessar resultados de pesquisas já realizadas

por outros autores, sem a obrigatoriedade de detalhar as informações sobre as fontes utilizadas.

A natureza qualitativa da pesquisa justifica-se pelo objetivo de compreender a complexidade da inclusão no ensino superior, abordando aspectos subjetivos, experiências vividas e desafios enfrentados por professores, estudantes e Instituições de Ensino Superior. Busca-se aprofundar a análise das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e dos discursos relacionados à formação docente e à implementação de estratégias inclusivas. A escolha pela revisão narrativa deve-se à sua capacidade de integrar múltiplas fontes de conhecimento, possibilitando uma reflexão crítica sobre as práticas atuais e futuras na área da inclusão. Essa abordagem, conforme Minayo (2001), amplia a compreensão do tema ao considerar diferentes perspectivas e contextos. Dessa forma, a revisão narrativa não apenas examina as práticas pedagógicas, mas também analisa suas implicações sociais e teóricas na inclusão de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão narrativa indicam que a formação docente continuada desempenha um papel essencial na promoção de práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Superior. A lacuna entre teoria e prática surge como um dos principais desafios na formação dos professores. Nesse sentido, Gomes e Barbosa (2006, p. 93) destacam que “[...] não basta frequentar cursos e palestras como eles são atualmente. Há a necessidade de reformulá-los, para que possam se tornar impulsionadores para o desenvolvimento de atitudes positivas quanto à educação inclusiva”. Isso evidencia a necessidade de repensar as estratégias formativas, garantindo que os docentes desenvolvam competências que efetivamente favoreçam práticas pedagógicas inclusivas e alinhadas às demandas contemporâneas do ensino.

Observou-se que a inclusão educacional, especialmente de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas, enfrenta desafios significativos, que vão desde barreiras atitudinais até a necessidade de adaptações curriculares. Definem-se as barreiras atitudinais, fazendo uma breve análise no texto do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015, p. 10), em seu artigo terceiro, item 4, que apresenta o seguinte conceito: “e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação

social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas”. Neste sentido, Rodrigues (2018) assegura que sem a acessibilidade atitudinal nenhuma outra forma de acessibilidade acontece e sem acessibilidade não se faz inclusão. Adaptações curriculares, refere-se ao que está ao alcance do docente, ou seja, referem-se a adaptações nos objetivos de ensino, conteúdo, método aplicado, temporalidade, avaliação, e materiais didáticos utilizados.

A análise evidencia que os docentes têm um papel central na mediação desse processo, necessitando mobilizar conhecimentos pedagógicos e metodologias flexíveis para atender à diversidade presente nas salas de aula universitárias (D’Ávila, 2022). Contudo, verifica-se que a falta de preparo inicial e a ausência de políticas institucionais robustas contribuem para a permanência de práticas tradicionais, muitas vezes excludentes. A formação de professores, como defende Nóvoa (2009), deve estar marcada por um princípio de responsabilidade social. Para promover a inclusão, as universidades precisam investir em iniciativas que capacitem docentes, criando espaços para discussão e troca de experiências.

Os desafios enfrentados pelos professores das Instituições de Ensino Superior incluem a dificuldade de conciliar demandas curriculares com a necessidade de adaptações pedagógicas, bem como a resistência a mudanças metodológicas. A falta de material acessível e de suporte especializado também é um entrave para a promoção da inclusão. Conforme destacado por Gatti (2017), a inclusão exige uma mudança de paradigma que envolve tanto os docentes quanto as próprias estruturas institucionais.

Outro ponto relevante identificado na literatura é a interseccionalidade das vulnerabilidades, ou seja, a necessidade de olhar para a inclusão não apenas pela perspectiva da deficiência, mas também considerando fatores como desigualdades socioeconômicas e discriminação racial e de gênero. Para Vargas e Reis (2023, p. 27) “lecionar no cenário atual significa entender a diversidade e contribuir para a inclusão em um sistema culturalmente excludente”.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2023 reforçam a importância de políticas inclusivas, os números divulgados retratam o aumento do número de estudantes com deficiência matriculados no ensino superior, que apresentou um crescimento de 17% em relação aos dados de 2022, superior à taxa de crescimento do total de estudantes matriculados no território brasileiro, foi de 5,6% no mesmo período. Embora esse crescimento seja expressivo, em termos de representatividade, a presença de estudantes com deficiência é de

apenas 0,93% do número do total de matrículas, que em 2023 foi de quase 10 milhões de alunos. Quando consideramos os últimos cinco anos, o período de 2019 a 2023, o número de estudantes com deficiência no ensino superior aumentou 91%, quase seis vezes mais que o número total de matriculados, cujo crescimento foi de 16%.

Isso evidencia a importância das políticas inclusivas, já que o crescimento dos estudantes com deficiência foi muito superior ao geral. Embora os avanços sejam notórios, a problemática da inclusão no ensino superior persiste, visto que muitos estudantes ainda enfrentam desafios significativos na adaptação e permanência. Nesse contexto, a conclusão do curso emerge como o principal desafio, uma vez que as dificuldades oriundas da ausência de acessibilidade, ao longo da trajetória acadêmica, podem ser um fator determinante para a evasão desses estudantes. O censo com os dados de 2023 revelou que 12.651 estudantes com deficiência concluíram seus cursos.

A importância da formação docente para a inclusão está diretamente ligada à necessidade de revisão crítica das práticas pedagógicas. A formação docente é uma temática contemporânea e de grande relevância no campo da educação inclusiva, sendo objeto de estudo de acadêmicos e foco de diversas políticas públicas. Destacamos, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva direciona os sistemas de ensino a desenvolverem estratégias que atendam às necessidades educacionais especiais, assegurando a “[...] formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar” (BRASIL, 2007, p. 5). Como apontado por Oliveira (2013), é imprescindível que os docentes adotem uma postura reflexiva e estejam dispostos a transformar suas metodologias para contemplar a diversidade. A implementação de uma didática sensível, conforme sugerido por D’Ávila (2022), pode ser uma estratégia eficaz para tornar o ensino mais acessível e equitativo.

Identificamos, que um dos principais desafios da docência universitária no Brasil está na predominância de uma formação essencialmente técnica dos professores, o que frequentemente os limita na construção de uma educação libertadora (Freire, 1986), centrada nos sujeitos e em suas especificidades. A ausência de uma formação pedagógica estruturada para o ensino superior faz com que muitos docentes se apoiem em sua socialização pré-profissional como principal referência para a prática didática. Esse autodidatismo pedagógico gera um efeito em cadeia, impactando diretamente suas metodologias, relações com

os estudantes e pares, além de influenciar suas identidades e profissões docentes (D'Ávila, 2020).

Segundo Vitaliano (2007), a formação acadêmica dos professores universitários deve ser estruturada de maneira a fomentar uma prática pedagógica reflexiva, ética e politicamente comprometida com as exigências contemporâneas. Para tanto, é essencial que os docentes sejam preparados não apenas no domínio do conhecimento científico, mas também para lidar com as singularidades e os conflitos de valores presentes no ambiente acadêmico e em outros contextos educacionais.

Por fim, destaca-se que a inclusão efetiva no ensino superior não depende apenas da ação individual dos professores, mas também da existência de políticas institucionais comprometidas com a equidade educacional. As universidades precisam investir na capacitação de seus docentes, na acessibilidade como método estrutural e na criação de espaços de diálogos contínuos sobre a diversidade. Dessa forma, poderá ser consolidado um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo, onde todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto, pode-se afirmar que a discussão sobre inclusão no ensino superior evidencia a complexidade das interações entre estudantes com diferentes marcadores de vulnerabilidade e os desafios enfrentados pelas Instituições de Ensino Superior na promoção de um ambiente verdadeiramente inclusivo. O artigo destaca a necessidade urgente de transformação das práticas pedagógicas, reforçando a importância da formação docente continuada para garantir que professores estejam apoiados para acolher, desenvolver e mediar as diversidades presentes nas salas de aula universitárias.

A análise realizada aponta que a inclusão no ensino superior vai além do acesso, abrangendo também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. Para isso, é fundamental que as práticas pedagógicas sejam adaptadas às necessidades dos estudantes, incorporando estratégias didáticas flexíveis e sensíveis às diferenças individuais. Nesse sentido, a didática sensível (D'Ávila, 2020), surge como um conceito essencial para orientar professores a atuarem como mediadores do conhecimento, promovendo um ensino que respeite e valorize a diversidade.

Os resultados da pesquisa destacam que um dos principais desafios enfrentados pelos docentes é a lacuna entre teoria e prática na formação inicial e continuada. Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas para a inclusão, identificamos que a Lei 13.146 carece de orientações específicas e diretas que possam estruturar a prática docente nas Instituições de Ensino Superior (IES), fornecendo mecanismos efetivos para a formação continuada. A ausência de um amparo pedagógico consistente e permanente reflete-se na dificuldade dos professores em implementar metodologias eficazes que atendam às necessidades específicas dos estudantes. Esse cenário é agravado pela permanência de práticas tradicionais e pela falta de suporte institucional adequado. Nos apoiamos em Freire (1991), que destaca que ninguém nasce educador ou está previamente destinado a sê-lo, mas se constrói nessa função ao longo da prática e da reflexão contínua sobre ela. Essa perspectiva reforça a importância de mecanismos estruturais que garantam a formação continuada dos docentes, promovendo não apenas a transmissão de conhecimento técnico, mas também uma educação emancipatória, centrada nos sujeitos e suas especificidades.

A pesquisa também evidencia a importância da interseccionalidade na análise das vulnerabilidades dos estudantes, considerando não apenas a deficiência, mas também fatores socioeconômicos, raciais e de gênero que podem impactar a experiência acadêmica. A exclusão no ensino superior não se manifesta apenas em barreiras arquitetônicas, mas também em barreiras atitudinais, que precisam ser desconstruídas para garantir um ambiente mais acolhedor e justo.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2023 reforçam a importância da inclusão, evidenciando o aumento do número de matrículas de estudantes com deficiência. No entanto, a taxa de conclusão dos cursos ainda é baixa, apontando a necessidade de medidas mais eficazes para garantir a permanência desses estudantes. Esse cenário exige uma mudança de paradigma tanto na formação docente quanto nas estruturas institucionais das universidades.

Diante desse contexto, ressalta-se que a inclusão efetiva no ensino superior requer um compromisso coletivo entre docentes, instituições de ensino e políticas públicas. É necessário que as universidades invistam na capacitação de seus professores, promovendo espaços de discussão sobre diversidade e acessibilidade. Além disso, a criação de políticas institucionais que assegurem a equidade educacional é fundamental para consolidar um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo.

Por fim, a reflexão sobre a prática pedagógica é essencial para que os professores possam atuar de maneira mais sensível e eficaz diante da diversidade de seus estudantes. A educação inclusiva não deve ser vista como um desafio isolado, mas como um processo contínuo de transformação social que beneficia toda a comunidade acadêmica. Assim, ao investir em formação docente e adaptação curricular, as universidades contribuirão para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

5 AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES pelo apoio fornecido por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC), que tem viabilizado a pesquisa **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Experiências Inclusivas de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas em Universidades Comunitárias** (Sansone, 2025). Nosso reconhecimento também à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), onde os pesquisadores Angélica da Costa e Ruan Carlos Sansone têm desenvolvido ações de acolhimento e acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade no Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE). De forma especial, expressamos nossa gratidão à Gerente de Serviços e Relacionamento da Diretoria de Marketing e Relacionamento, Cátia Fröhlich, pelo apoio e dedicação ao trabalho realizado no NAE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Senado Federal. 2015.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Ministério da Educação / SECADI. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF

DAL'IGNA, Maria. Claudia; SANSONE, Ruan. Carlos. Vidas Queer na Escola: Violências e Resistências. **Revista Diversidade e Educação**, v. 11, n. 1, p. 47-68.

Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15442>. Acesso em: 31 jan. 2025.

D'ÁVILA, Cristina; ZEN, Giovana; MOURA GUERRA, Denise. Formação espectral: do pensamento complexo ao raciovitalismo na formação de professores universitários. **Revista Polyphonía**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 245–263, 2020. DOI: 10.5216/rp.v31i1.66941. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/66941>. Acesso em: 03 fev. 2025.

D'ÁVILA, Cristina. **Didática sensível**: contribuição para a didática na educação superior. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 17, núm. 53, 2017, pp. 721-737 Pontifícia Universidade Católica do Paraná Paraná, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189154956002.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.

GOMES, C.; BARBOSA, A.J.G. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v.12, n.1, p.85-100, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/mnywpdNfLjq3hgQXftQhLvH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior, 2023**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/a_presentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. Universidad de Lisboa. Lisboa. Portugal. In: **Revista de Educación** – La formación de profesores de Educación Secundária. N° 350, setembro – dezembro

de 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6605704/mod_folder/content/0/n%C3%B3voa%202009%20%281%29.pdf>. Acesso em 02 fev. 2025.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de et al. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no ensino superior. **Rev. bras. educ. espec.** vol.22, n.2, pp.299-314. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/p8wByDpCFKDtSL3SQD-MTQWn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2025.

RODRIGUES, M. **Formação docente para inclusão de estudantes público-alvo da educação especial em curso de licenciatura da Universidade Federal de Rondônia**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018. Disponível em: <https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNSP_7c781afdfdf06293beb2f1ba2a9ac74>. Acesso em 2 fev. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. Editorial, Acta Paul. Enferm., v. 20, n. 2, jun. 2007.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, p. 1- 29, 2014. Disponível em: https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em 31 jan. 2025.

SCHMIDT, Saraí. Diversidade, Conflitos Sociais e Direitos Humanos. In: Gustavo Roesse Sanfelice; Patricia Scherer Bassani. (Org.). **Diversidade Cultural e Inclusão Social**. 1ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2020, p. 61-73. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/diversidade-cultural-e-inclusao-social>. Acesso em: 31 jan. 2025.

VARGAS, N. M. P.; REIS, M. B. de F. Inclusão na Educação Superior: A Percepção do Professor Formador. **Revista Polyphonía**, Goiânia, v. 34, n. 1, p. 13-31, 2023. DOI: 10.5216/rp.v34i1.77891. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/77891>. Acesso em: 03 fev. 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo.; LOPES, Maura. Inclusão, exclusão, in/exclusão. Verve - **Revista de Educação e Comunicação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 120-135, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886>. Acesso em: 26 jan. 2025.

VITALIANO, C.R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.3, p.399-414, 2007.5